



Intervenção da Deputada Luísa Mesquita

Sessão Plenária de 7 de Junho de 2006

Declaração Política

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Mal vai um governo que depois de arrecadar os votos da maioria absoluta, trai de forma tão despuorada os compromissos assumidos e particularmente os eleitores que lhe deram a sua confiança nas urnas.

A cruzada assume contornos de barbárie em pleno século XXI.

Valem todas as armas, sobretudo as mais silenciosas e mortíferas.

A lei é a do mais forte, a socialista, dita de moderna para disfarçar a esquerda.

A democracia é frequentemente posta em causa.

E os trabalhadores, transformados em inimigos públicos são sinalizados.

Para o Governo, o país transformou-se numa empresa S.A., dirigida por um conjunto de auto-iluminados, ministros e afins, conhecidos e acólitos que se comprimem no cada vez mais reduzido xadrez do poder.

Do outro lado, os trabalhadores e as estruturas que os representam são alvos a abater.

Claro que tudo seria mais simples se o governo, tal qual Conselho de Administração pudesse dispensar os trabalhadores, encerrar a empresa,

desacreditar os sindicatos, e procurar um outro espaço onde a mão-de-obra fosse mais barata e poucos ou nenhuns os direitos de quem trabalha.

Mas após um ano de governação já não há estratégias que resistam.

Incapazes de encontrar soluções para os problemas.

Evidenciando níveis de insucesso nas mais diversas áreas da governação.

Submersos e submetidos aos ditames do neo-liberalismo.

Dilectos do populismo mais banal.

Chegaram ao primórdio dos tempos. Ao mais primário ardil humano.

Dividir para reinar.

De acordo com o cenário e o realizador de serviço humilham-se e desacreditam-se os trabalhadores da justiça, os trabalhadores da saúde, os trabalhadores da administração pública, os professores, os educadores, os estudantes, os agentes de segurança e todos aqueles que asseguram as funções sociais do Estado.

O desemprego atinge as mais elevadas taxas de sempre. O número de desempregados qualificados não pára de crescer.

A grande maioria das reformas e dos salários permitem viver no limiar da pobreza.

A exclusão social afecta milhares e milhares de famílias.

E o Governo tal qual Quinta das Celebridades, ignora a dramática realidade social, vivida de facto, por tantos e tantos portugueses.

Para o Governo são só números, só números sem nome, em nome das políticas socialistas que se dizem modernas e que a história da humanidade reconhece como velhas, conservadoras, bafientas e atentatórias da dignidade humana.

É exactamente o que se pode dizer do chamado regime de mobilidade, apresentado recentemente e que se traduz num conjunto de mecanismos legais que visam culminar o processo iniciado com o PRACE. Depois de ter reduzido de forma significativa os serviços públicos, o Governo quer agora proceder ao golpe final e reduzir ao mínimo os recursos humanos, ou no dizer da direita e dos grandes grupos financeiros, emagrecer a administração pública, pedido que solicitamente o auto denominado moderno PS aplaude e concretiza com euforia.

A intenção não é a eficiência e eficácia dos serviços públicos, mas sim garantir que esses serviços acabem por ser entregues ao sector privado, e assim concretizar mais uma oportunidade de negócios à custa do orçamento de estado, e com claros prejuízos para os Portugueses.

A ser concretizada, esta proposta de lei, o resultado é óbvio - milhares de despedimentos e o aumento da precariedade.

E é neste contexto também que se integra o ataque à educação, à escola pública e aos educadores e professores.

A educação, a cultura, a ciência, em suma, os mais importantes pilares da liberdade individual e do desenvolvimento colectivo são postos em causa pelos interesses económicos e pela pequenez de quem perdeu, há muito, a capacidade de comandar o sonho da vida.

Não se trata de resolver os problemas das baixas taxas de qualificação do país.

Não se trata de encontrar soluções para o abandono e insucesso escolar, sobretudo nos ensinos secundário e superior.

Não se trata de produzir programas e definir áreas curriculares que definitivamente optem pela aquisição diversificada das competências e não por pacotes de saber livresco, que têm como único objectivo os exames nacionais.

Não se trata de transformar uma sala de paredes vazias, onde o sol e a chuva são visitas constantes, em instalações acolhedoras e adequadamente apetrechadas.

Não se trata de garantir um número de professores e alunos adequados a cada espaço escolar.

Não se trata de garantir a existência e o funcionamento regular dos serviços de uma biblioteca, de um centro de recursos ou de uma reprografia, indispensáveis num estabelecimento de ensino.

Não se trata de garantir o combate à desigualdade de oportunidades, antes pelo contrário.

A partir de Setembro, muitas crianças de 6 anos de idade sairão de casa às 7 horas da manhã, em transporte escolar adequado às dificuldades financeiras de cada autarquia e regressarão às 20 horas ao seu agregado familiar. Onde pára a igualdade de oportunidades?

Trata-se sim de poupar recursos.

Para este governo a educação não é um investimento mas sim uma despesa.

Recentemente, o Primeiro Ministro foi confrontado com os milhares de professores, qualificados científica e pedagogicamente que não foram colocados no sistema educativo.

E é esclarecedora, a arrogante e indiferente explicação.

São só pessoas, não passam de candidatos e candidatas que pretendiam ser professores e professoras.

São 30, 40, 50 mil, muitos formados nas instituições públicas do país, mas ao Presidente do Conselho de Administração do Governo isto não causa nenhum incómodo.

Não pesarão nos cofres do Estado.

Não têm direito a subsídio de desemprego.

Só contarão para as estatísticas e neste suposto rigoroso instrumento não há pessoas, não há famílias, nem crianças, mas números.

E sempre podem ser solicitados para uma acção de formação durante 8 dias e deixar de engrossar as estatísticas.

E neste caminho de poupança cega, de um só sentido, a ignorância, é indispensável anunciar os supostos culpados - os educadores e os professores.

Já estão no INDEX.

Servem todas as acções de propaganda.

Repetem-se inverdades, como factos.

Confunde-se zelo com incompetência.

O primado da pedagogia deu lugar ao primado do saber de pacotilha, barato e descartável.

É triste mas é infelizmente verdade.

Diz a ainda Ministra da Educação que:

“Não são as crianças que abandonam as escolas. Uma criança quando abandona a escola já foi abandonada pelos professores e pela escola”.

“Uma fragilidade no vínculo que existe entre professores do 1º Ciclo e educadores de infância e seus alunos” leva “a níveis altíssimos de insucesso e abandono escolar”.

“Posso ter perdido os professores, mas ganhei na opinião pública”.

A pouca qualificação dos jovens decorre de um trabalho, das escolas e dos professores que *“não se encontra ao serviço dos resultados e das aprendizagens”.*

E a propósito das crianças com deficiência diz a ainda Ministra da Educação, *“Uma vez sinalizada, a criança não sai da sinalização”*, caracterizada como *“um conjunto de práticas ao serviço da sua própria existência.”*

Ainda sobre este assunto diz o já célebre Secretário de Estado, Valter Lemos:

“Uma boa parte dos professores que estão formalmente especializados em Educação Especial tem baixas competências nessa área.”

“Temos muitos professores graduados em Educação especial (...) pretensamente formados”.

Só quando se perde a noção do limite, do ridículo se podem produzir estas pérolas discursivas.

O pior é quando estas barbaridades afectam as pessoas, a sua dignidade, a sua função social.

Mas um Governo que não respeita quem trabalha, não pode ser respeitado.

O país sabe de que lado está a verdade.

Sabem os pais e os encarregados de educação porque também eles trabalham e já foram enxovalhados na praça pública.

Sabem os jovens porque sentem na pele as dificuldades das suas famílias.

E se o presente é difícil, o futuro é inexistente como promessa de um país melhor.

E sabem os educadores e os professores, porque são quase sempre os primeiros a ouvir os desabafos, os dias difíceis depois do encerramento da empresa, a entender o desânimo, a compreender a desgraça e a tragédia que se abateram sobre a criança e os jovens.

O país sabe que esta suspeição generalizada sobre os educadores e os professores tem dois objectivos claros.

Em primeiro lugar, humilhar profissionalmente e depois abrir caminho ao ataque voraz à destruição dos mais elementares direitos de quem trabalha.

Em segundo lugar, desqualificar a escola pública e transformar o espaço de aprendizagem numa empresa a caminho da falência pedagógica.

Se dúvidas ainda existissem, depois da entrevista dada pela responsável do Ministério durante o fim-de-semana, desapareceram.

Quando perguntaram à ilustre governante se técnicos especializados como psicólogos e outros terapeutas não são necessários nas escolas, para além dos educadores e professores, a resposta foi esclarecedora:

“O que fazem 30 professores numa sala de professores”.

Se o país fosse tão pouco informado como a Senhora Ministra teria concluído que cada escola deste país tem um espaço onde jogam às cartas permanentemente 30 professores pagos com o dinheiro dos contribuintes.

Mas reduzida a Ministra da Educação ao silêncio, pelo fim da entrevista, os cidadãos e as cidadãs que também são pais e mães, professores ou não, questionaram-se e lamentaram que até a mentira mais rasteira já fosse arma de arremesso político.

E os senhores deputados e as senhoras deputadas também sabem de que lado está a verdade, sobretudo se exercem funções docentes.

A memória não pode trair quem tem responsabilidades políticas.

Nos últimos 10 anos, segundo o Governo nada aconteceu na educação. Não é verdade.

Destes 10, 7 são da responsabilidade do governo socialista que produziu centenas de diplomas, que promulgou reformas e contra-reformas.

E todos nós sabemos que muitas destas opções foram medidas erradas.

Medidas que criaram e reproduziram instabilidade no sistema.

Reformas e contra reformas sem nenhuma avaliação sustentada.

Revisões e alterações, ignorando os docentes que as aplicariam.

Abertura de anos lectivos, dominados pelo caos, provocado pela Administração Educativa.

Disciplinas sem programas e sem professores.

Programas sem instrumentos pedagógicos de apoio.

A lista é longa como sabem.

Por isso, senhores deputados e senhoras deputadas particularmente do partido socialista.

Em nome da verdade, não podemos calar-nos e com o silêncio transformar-nos em cúmplices de tamanha afronta.

Os educadores e os professores deste país não a merecem e têm direito ao bom nome e ao respeito.

Todos sabemos que para eles haverá sempre espaço na história dos povos, mesmo quando deste Governo e desta Ministra já só restar o pó do esquecimento.

Disse.